

Plano C

» CRISTOVAM BUARQUE

Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

No artigo “Plano B”, neste jornal, Luiz Carlos Azedo contesta a ideia de que Bolsonaro está fragilizado: sem votos e sem apoio militar. Seu artigo provoca imaginar um plano C, para eleger Bolsonaro, graças ao voto nulo por rejeição ao PT. Impossível prever, mas tudo indica que nenhum dos candidatos da terceira via vai ter votos para chegar ao segundo turno, seja porque não se unem devido às divergências, seja por nenhum deles ter votação maior que Lula ou Bolsonaro.

O primeiro turno terá uma campanha tão radicalizada no mantra “nem Lula nem Bolsonaro”, que muitos dos atuais candidatos a presidente serão levados a votar em Bolsonaro: coerência com os discursos contra Lula porque são mais anti-PT que antifascismo, ou porque suas bases estão mais próximas do ex-capitão do que do ex-operário. Nas três semanas entre os dois turnos, milícias estarão nas ruas, as tropas prontas nos quartéis e as mídias sociais repercutindo a fala dos candidatos para ampliar a rejeição a Lula.

O quadro está posto para o novo plano: o preconceito contra Lula, sem observar qualidades de seu governo, e a arrogância do PT, sem perceber que é difícil se eleger sozinho e impossível governar sozinho, são as ferramentas básicas do plano C.

Em 1985, o PT representava o nem-nem — nem Tancredo, nem Maluf; sair ou continuar na ditadura foi tratado como problema do Brasil, não do PT. Em 2022, já se considerando no segundo turno, parece trabalhar para a eleição entre petistas puros contra bolsonaristas puros, sem considerar o resto dos

brasileiros. Até mesmo tentativas de Lula para ampliar apoio e passar credibilidade são bombardeadas, como no caso de ter Alckmin como vice. Os petistas não parecem entender que esta eleição não é para o PT ganhar, mas para o PT salvar o Brasil do abismo atual.

Apesar da rejeição, Lula parece ser a melhor alternativa, pela força popular e pela experiência reconhecida de seu governo, mas pode ser uma alternativa ameaçada pela rejeição. Por isso, PT e Lula têm a obrigação de agir para reduzir a rejeição. Não devem ignorar os votos do “resto dos brasileiros”, achando que votarão em Lula, porque o outro lado é pior. O próprio PT não fez isso em 1985 no Colégio Eleitoral, nem em 1989. Em 2018, o PT tinha um ótimo candidato e perdeu pela rejeição. Desta vez, não tem esse direito.

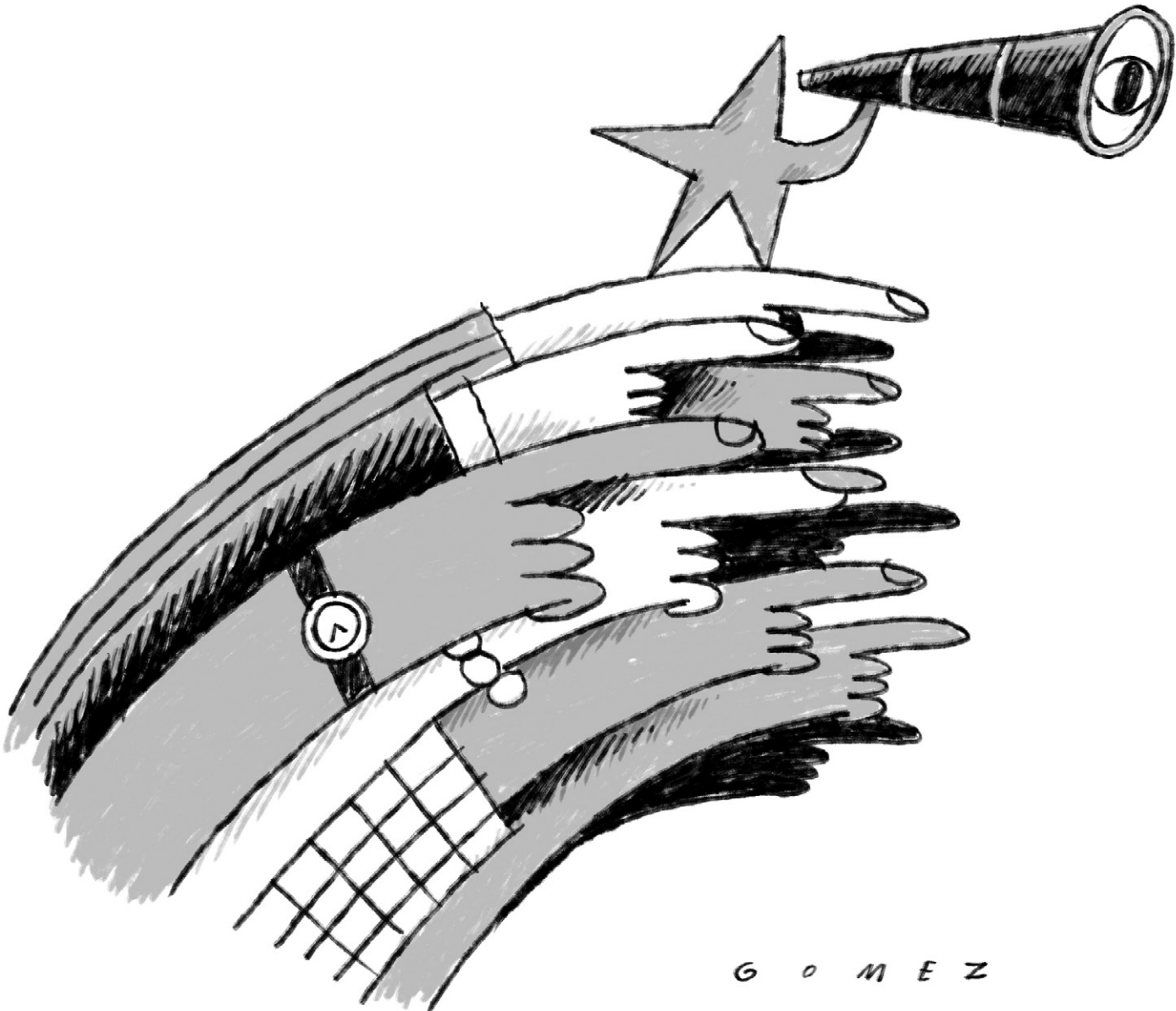
O PT deve lembrar que Lula foi condenado por juízes sob suspeição, mas não deve continuar no negacionismo diante da corrupção e do aparelhamento que ocorreram em seus governos — as malas de dinheiro e as contas na Suíça são tão verdadeiras quanto a redondeza da Terra. Dar garantias de que o Estado não será aparelhado e indicar as medidas anticorrupção que tomarão para barrar corrupção.

Sinalizar que o governo não será prisioneiro do partido, nem este dos sindicatos de categorias que representam privilégios distantes do povo. Deixar de considerar golpistas os milhões que foram às ruas pedir o impeachment de um governo petista, dentro da Constituição, como o PT fez no caso do Collor e tentou com FHC. Entender que o Brasil

está ficando para trás por falta de reformas e não por causa delas, especialmente uma reforma nacional na educação de base, mas também nas relações trabalhistas e na máquina do Estado. Garantir que compromissos assumidos legalmente com respaldo do Congresso serão mantidos. Entender que responsabilidade fiscal é necessária para credibilidade na economia e para impedir a inflação que rouba sobretudo dos pobres para financiar privilégios e ineficiências. Deve denunciar os equívocos da política econômica de Bolsonaro, mas não deve negar os erros graves do negacionismo que a partir de 2008 tratou a crise como uma “marolinha”, a “gripezinha” da economia. E definir uma política econômica sem populismo, com responsabilidade fiscal. Entre 2003 e 2008, o governo Lula mostrou que isso é possível, agora é necessário.

Os que são contra o PT devem sair do nem nem, deixar de ver esta eleição como disputa apenas política entre Lula e Bolsonaro, mas, sim, como uma disputa histórica, como em 1989, entre um Brasil ou outro. E o PT não deve levar o Brasil a uma disputa entre seus negacionismos e os negacionismos de Bolsonaro. Para tirar o Brasil do abismo é preciso sair do nem nem e do só eu.

Para tanto, o PT deve ter a grandeza de sair do seu ensimesmamento e respeitar o “resto dos brasileiros” e o futuro do Brasil. Sem nostalgias por ideias obsoletas, reconhecendo as especificidades do Brasil, mas também a realidade do mundo. Sobre tudo, não aceitar fazer parte do plano C.



Porque não devemos continuar a ignorar a perda do cerrado

» MERCEDES BUSTAMANTE

Professora titular da Universidade de Brasília

No ano do bicentenário da independência do Brasil, vale revisar os relatos das viagens do botânico francês Auguste de Saint-Hilaire pelo interior do Brasil, entre 1816 e 1822, descrevendo não somente a natureza mas também muitos aspectos da sociedade brasileira à época. Em suas considerações sobre as transformações de nossas paisagens naturais, ele observou a ação humana reduzindo a diversidade de plantas com a perda de seus benefícios econômicos — árvores preciosas derrubadas “inutilmente sob o machado do agricultor imprevidente”, contribuindo com a extinção “de milhares de espécies úteis para as artes e a medicina”, em associação às queimadas. Saint-Hilaire lamentou a agricultura predatória e “sem inteligência” e a perda da vegetação nativa antes mesmo que suas espécies pudessem ser catalogadas e estudadas.

Um leitor desatento poderia, tranquilamente, situar tal descrição no Brasil de hoje. Com a diferença que hoje podemos acrescentar o conhecimento sobre os impactos negativos do desmatamento nas mudanças climáticas e na oferta de serviços ecossistêmicos, como produção e conservação de água, polinização, controle de pragas agrícolas e de novas pandemias.

Nos últimos dias, houve a divulgação quase escondida (em 31 de dezembro!) dos dados oficiais do desmatamento do cerrado em 2021. Os números do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) indicam novo crescimento do desmatamento e a perda de 8.531,44km2, pressionando ainda mais o bioma que já perdeu quase 50% de sua vegetação nativa. Uma semana depois, em 6

de janeiro, o Inpe informou que o monitoramento do cerrado será mantido somente até abril deste ano por falta de verba. Os recursos usados na estruturação do Prodes Cerrado eram de um programa internacional e foram captados com o compromisso do Brasil de, posteriormente, garantir a manutenção do monitoramento.

Recém-saídos da COP26, na qual o Brasil se comprometeu com o fim do desmatamento, continuamos com as atividades predatórias e sem inteligência, tal como descritas por Saint Hilaire há 200 anos e, o que é pior, a partir de abril, estaremos oficialmente às cegas nesse cenário de destruição. Mas outra notícia recente sobre a solicitação de investigações por parte de parlamentares dos Estados Unidos e da Europa contra a empresa JBS por possíveis relações com o desmatamento no Brasil nos lembra que o que deixamos de ver aqui continuará a ser visto pelo resto do mundo.

No cerrado, as seguranças alimentar, energética e hídrica do país estão intrinsicamente conectadas e são dependentes da conservação da vegetação nativa em larga escala. A agricultura no cerrado segue o ritmo da sazonalidade da precipitação, mas as projeções mais recentes de mudanças do clima apontam para a redução da precipitação e a extensão do período seco. A adoção de práticas de irrigação tem crescido persistentemente desde os anos 1970. Porém, o desmatamento em escala regional altera o ciclo hidrológico no cerrado e, em conjunto com a variabilidade climática, podem limitar tais práticas.

No Brasil, 65% da matriz elétrica é de fonte hídrica. O mapeamento das unidades de aproveitamento hidrelétrico da Agência Nacional de Energia

Elétrica (Aneel) indica que as unidades presentes dentro dos limites do cerrado e as unidades externas que se encontram em bacias fortemente influenciadas pelo bioma representam 52% de todas as unidades do país. Em meio à maior crise hídrica em 90 anos, lembramos que a Bacia do Paraná, que contribui com a usina hidrelétrica da Itaipu, recebe 47% de suas águas do cerrado.

As projeções de aumento do consumo de energia e da demanda mundial por produtos agrícolas e a manutenção do atual modelo de expansão e intensificação da agricultura em um contexto de mudanças na temperatura e na precipitação regional tendem a agravar a degradação do Cerrado e a perda de biodiversidade, comprometer o seu funcionamento ecológico e impactar ainda mais grupos sociais já vulneráveis, como povos indígenas e populações tradicionais.

Longe dos olhos e do interesse dos setores econômicos e do governo por sua conservação, a perda da savana mais biodiversa do mundo, com expressivos estoques de carbono, responsável por significativa produção de água e energia para todo o país, traz um alto custo com graves repercussões por longo tempo. No entanto, da mesma forma que a ciência nos revela os problemas, ela também é capaz de oferecer soluções que vão desde estratégias adequadas de restauração, planejamento e gestão de paisagens diversificadas e multifuncionais até o desenvolvimento de novos modelos de agricultura que preconizam a conservação e a reabilitação dos sistemas alimentares e agrícolas. Alternativas existem. Faltam visão estratégica, responsabilidade e vontade política.

As instituições têm de estar preparadas para impedir estupros

» RENATA GIL

Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)

Acordo firmado pela Federação de Ginástica e o Comitê Olímpico e Paralímpico dos Estados Unidos com vítimas dos abusos sexuais de Lawrence G. Nassar — ex-médico da equipe nacional feminina de ginástica do país — estabelece um paradigma histórico, que deve ser assimilado em todo o mundo: por meio da constituição de ouvidorias internas e da adoção de mecanismos de proteção, as instituições precisam se preparar para impedir o cometimento de crimes sexuais.

As cifras do acerto, que prevê o pagamento de indenização a cerca de 500 mulheres atacadas por Laurence G. Nassar, chegam a US\$ 380 milhões. Entre as sobreviventes, há medalhistas olímpicas como Aly Raisman, McKayla Maroney e Simone Biles. Muitas relatam vários problemas de saúde mental — transtorno de estresse pós-traumático, depressão e ansiedade — decorrentes dos episódios de violência, que não foram poucos. É tão grave o quadro, que algumas chegaram à atitude mais extrema: atentar contra a própria vida.

Laurence G. Nassar está preso e assim há de permanecer. O ressarcimento monetário, embora não repare os incontáveis danos causados, mais do que uma compensação, representa o estabelecimento de uma premissa: as empresas — tal qual o poder público ou quaisquer organizações — não podem, por ação ou inação, concorrer para a perpetração de estupros.

O agressor nunca age sozinho. Ele se beneficia de uma rede de salvaguarda que, apesar de informal, efetiva-se pelo descaso. Não é por outra razão que a dívida milionária recairá sobre a Federação de Ginástica e o Comitê Olímpico e Paralímpico norte-americanos: ambos falharam gravemente ao não proteger a integridade das atletas ou oferecer o suporte necessário no momento das denúncias. Que as perdas financeiras imponham novas políticas e procedimentos internos capazes de prevenir a repetição e a perpetuação do erro.

No Brasil, a realidade não é diferente. A imprensa reportou casos que se deram de modo similar, na mesma modalidade esportiva, inclusive. Avolumam-se os relatos de violência sexual praticada por gente que desfrutava de um aparato convencional de apoio, de templos religiosos a hospitais — sem contar as inúmeras ocorrências em ambientes privados, como bares, boates e locais de festa.

A verdade é que a delinquência sexual não pode ser debitada apenas na conta do abusador. Por que, tendo a oportunidade de barrar as investidas, muitas entidades permanecem inertes? Partícipes ainda que indiretas do ultraje, devem ser intimadas a agir por uma questão de disseminação do exemplo: para que outras mulheres jamais sofram os mesmos assédios.

As corporações, independentemente de sua natureza e seus objetivos estratégicos, necessitam estar atentas às transgressões efetuadas sob seus domínios. Essa é a única forma de mobilizar o conjunto da sociedade para a resolução de um problema que não diz respeito somente àquelas que padeceram a agressão na pele, mas a todas nós, que um dia poderemos enfrentar circunstâncias semelhantes — ou nossas filhas, mães e irmãs.

Registraram-se grandes avanços nos últimos anos. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006) é a pedra angular da mudança de mentalidade que permitiu inovações igualmente importantes, como a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015) e a Lei do Sinal Vermelho (Lei nº 14.188, de 28 de julho de 2021), que incentiva mulheres a pedir socorro por meio de um “X” na palma da mão. Eis os dispositivos de proteção legal que colocam o Brasil na vanguarda do campo legislativo mundial.

Agora, chegou o momento de dar mais um passo em direção ao fim da violência de gênero. É hora de as instituições criarem órgãos internos, como ouvidorias, capazes de, além de apurar as denúncias de violação, implementar práticas que propiciem um ambiente seguro para as mulheres e aqueles que estejam em situação de vulnerabilidade. A magistratura está pronta para dar a sua contribuição. O que não podemos fazer é cruzar os braços, sob pena de o futuro nos cobrar, com juros, a fatura da omissão.